

Designação	Legislação em Turismo	Área Científica	-
Classificação	Unidade/Projeto Extracurricular	Escola	Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela
Ano Letivo	2023/2024	Ano Curricular	1
Tipo	Modular	Nível	-
	Semestre	-	Créditos ECTS 3.0
		Código	9930-950-1021-00-23
Horas totais de trabalho	81	Horas de Contacto	T - TP 18 PL - TC - S - E - OT - O -

T - Ensino Teórico; TP - Teórico Prático; PL - Prático e Laboratorial; TC - Trabalho de Campo; S - Seminário; E - Estágio; OT - Orientação Tutoria; O - Outra

Nome(s) do(s) docente(s) Rute Isabel Esteves Ferreira Couto Fernandes

Resultados da aprendizagem e competências

No fim da unidade curricular o aluno deve ser capaz de:

1. Compreender o Direito na sua vertente prática, percebendo a sua aplicação, interpretação e organização nos empreendimentos turísticos;
2. Conhecer a legislação que regula as bases do Direito do Turismo, bem como a legislação específica relativa as atividades económicas relacionadas com o Turismo;
3. Interpretar situações práticas de legislação que regula os vários aspetos do Direito do Turismo;
4. Compreender o turismo e o lazer como atividades com incidência e impacto territorial, económico e social;
5. Reconhecer o planeamento jurídico como ferramenta para preservar os recursos turísticos, minimizar os efeitos negativos e otimizar os benefícios do turismo;
6. Reconhecer a importância do estudo da resolução de conflitos relativos às atividades económicas relacionadas com o Turismo.

Pré-requisitos

Não aplicável

Conteúdo da unidade curricular

- 1) A regulamentação jurídica nos Empreendimentos Turísticos; 2) Reconhecimento de atividades de turismo de natureza; 3) Reclamações e meios de resolução de conflitos.

Conteúdo da unidade curricular (versão detalhada)

1. A regulamentação jurídica nos Empreendimentos Turísticos:
 - Estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos
 - Empreendimentos de turismo de habitação e empreendimentos de turismo no espaço rural
 - Parques e Campismo e de Caravanismo
 - Placas de classificação
 - Requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos
 - Taxas a cobrar por auditorias do Turismo de Portugal
2. Reconhecimento de atividades de turismo de natureza:
 - Atividade de empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos
 - Atividades de animação turística em áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas
 - Atividades de turismo de natureza nas Áreas Protegidas
3. Reclamações e meios de resolução de conflitos:
 - O processo de reclamação
 - Resolução alternativa de litígios

Bibliografia recomendada

1. Abrantes, A. Cunha, L. (2019). Introdução ao Turismo. Lidel
2. Carvalho, A. e outros. (2020). Turismo, Desafios e Perspetivas. Afrontamento.
3. Carvalho, J. (2022). Manual de Direito do Consumo. Almedina
4. Patrício, M. (2019). Direito do Turismo e Alojamento Turístico. 2ª Edição - Reimpressão 2020. Almedina
5. Quintas, P. (2020). Legislação Turística Anotada. Almedina

Métodos de ensino e de aprendizagem

As aulas dividem-se em aulas teóricas expositivas e aulas práticas de discussão conjunta de hipóteses práticas para os alunos resolverem em aula, com a orientação do docente. Todas as aulas deverão ser acompanhadas com a legislação indicada para o respetivo capítulo, que não dispensam a leitura da bibliografia recomendada.

Alternativas de avaliação

- Avaliação contínua - (Ordinário, Trabalhador) (Final, Recurso, Especial)
 - Trabalhos Práticos - 20% (Trabalhos de resolução de problemas acompanhados em sala de aula)
 - Estudo de Casos - 80% (Trabalho escrito de investigação e resolução de estudo de caso)

Língua em que é ministrada

Português, com apoio em inglês para alunos estrangeiros

Validação Eletrónica

Rute Isabel Esteves Ferreira Couto Fernandes	Catarina Alexandra Alves Fernandes	Sonia Paula da Silva Nogueira
29-06-2024	29-06-2024	29-06-2024